

ORIENTAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Quadriênio 2010-2013

Este documento e seus anexos apresentam um conjunto de orientações técnicas para subsidiar a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social, quadriênio 2010/2013.

A regulamentação dos artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988 (CEF/88) no campo da assistência social por meio da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, exige pelo artigo 330, alínea III, que os municípios, estados e Distrito Federal instituam o Plano de Assistência Social. A Resolução nº 182, de 20 de julho de 1999, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em seu artigo 1º define que os Planos de Assistência Social serão plurianuais, abrangendo o período de 4 (quatro) anos, tanto para estados quanto para municípios. O Parágrafo Único, deste artigo, explicita que os planos contemplarão o segundo ano da gestão governamental em que foram elaborados e o primeiro ano da gestão seguinte.

Conforme a Norma Operacional Básica da Assistência Social - NOB/SUAS, os instrumentos de gestão se caracterizam como ferramentas de planejamento técnico e financeiro da Política de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, nas três esferas de governo, tendo como parâmetro o diagnóstico social e os eixos de proteção social, básica e especial, sendo eles: Plano de Assistência Social; Orçamento; Monitoramento, Avaliação e Gestão da Informação; e Relatório de Gestão.

Ainda de acordo com a PNAS / 04:119, “O Plano de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Sua elaboração é de responsabilidade do órgão gestor da política, que o submete à aprovação do Conselho de Assistência Social, reafirmando o princípio democrático e participativo”.

A estrutura do plano comporta, em especial, os objetivos gerais e específicos; as diretrizes e prioridades deliberadas; as ações e estratégias correspondentes para sua implementação; as metas estabelecidas; os resultados e impactos esperados; os recursos materiais humanos e financeiros disponíveis e necessários; os mecanismos e fontes de financiamento; a cobertura da rede prestadora de serviços; os indicadores de monitoramento e avaliação e o espaço temporal de execução.

Para subsidiar a construção do Plano Municipal de Assistência Social encontra-se disponível os anexos: **CapacitaSUAS, PLANOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO, Volume 3 e, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais – Resolução/CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009.**

Conforme art. 2º da Resolução nº 06, de 14 de dezembro de 2009, da Comissão Intergestores Bipartite – CIB/SC, os Planos Municipais de Assistência Social - PMAS deverão ser enviados até 30 de abril de 2010, através do e-mail: pmas@sst.sc.gov.br.

Em seguida, apresentam-se os componentes básicos que integram o Plano Municipal de Assistência Social – PMAS e sugestão de roteiro para sua elaboração:

1. APRESENTAÇÃO DO PLANO

1.1. Aprovação do Plano pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

Apresentar o ato que aprova o pleito: número e data da ata e/ou número e data da resolução.

1.2. Processo de elaboração do Plano Municipal de Assistência Social - PMAS

Discorrer sobre como foi elaborado o Plano Municipal, por quem, de que forma (reuniões ampliadas, plenárias do Conselho Municipal, etc.), dificuldades e processos facilitadores e, contribuição no direcionamento da gestão.

2. ÓRGÃO GESTOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.1. Identificação

Nome do Órgão Gestor:

Município:

Endereço:

Bairro:

DDD: Telefone:

CEP:

Fax:

E-mail:

Responsável:

2.2. Composição da equipe do Órgão Gestor

Informar função e escolaridade dos servidores do órgão gestor.

3. CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.1. Identificação

Nome do Presidente:

Representação (governamental / não governamental / usuários):

Número de conselheiros:

Endereço:

Bairro:

DDD: Telefone:

CEP:

Fax:

E-mail do CMAS:

Informar se possui secretaria executiva com técnico de nível superior: nome do técnico.

3.2. Ações desenvolvidas pelo Conselho Municipal de Assistência Social de acordo com suas atribuições

Discorrer sobre ações sistemáticas de incumbência do Conselho Municipal de Assistência Social do Município.

4. DIAGNÓSTICO SOCIAL (estudos e conhecimento da realidade)

A análise situacional do município (diagnóstico) consiste na caracterização (descrição interpretativa), na compreensão e na explicação de uma determinada situação.

O conhecimento da realidade é a base fundamental à construção do Plano de Assistência Social, que visa responder efetivamente a necessidade e anseios da população e obter impactos positivos nos grupos familiares e sociais nos seus territórios de vida.

Decorrem da investigação, reflexão e análise da realidade com fim operativo e programático. Exige o levantamento de um conjunto de informações básicas que justificarão e direcionarão o Plano e deverão ser constantemente ampliadas e processadas, trazendo novas variáveis para a correção e ajuste do planejamento e monitoramento da execução.

Enquanto fonte de conhecimento constitui-se em instrumento norteador indispensável para identificar objetivos, estabelecer prioridades, metas e proceder a escolhas metodológicas. É ainda, um meio de identificação de potencialidades, ativos e condições básicas para a intervenção prevista.

É fundamental, portanto:

- Conhecimento da realidade local: a análise histórico-conjuntural da realidade tem como apoio os indicadores sociais, demográficos e econômicos, a identificação da vocação econômica e das potencialidades, o conhecimento da rede social e das demandas sociais.
- Informações sobre a população destinatária, demandas expressas, emergentes e potenciais
- Análise do órgão gestor (finalidade/missão, objetivos, área de abrangência, estrutura organizacional e administrativa, parcerias...). Dados gerais sobre recursos disponíveis: materiais, físicos, financeiros, humanos.

Para a elaboração do diagnóstico é imprescindível a utilização de índices e indicadores sociais como IPEA, IBGE, PNAD, IDH, Censo Escolar/MEC, assim como o acesso ao GEO-SUAS, ferramenta informacional da REDE SUAS, para obter informações sobre os territórios do ponto de vista da situação sócio-econômica, cobertura das proteções sociais, bem como para a geração de relatório, gráficos e mapas temáticos.

Indicadores relevantes como índices de analfabetismo, evasão/reprovação/anos de permanência na escola são fundamentais para análise da educação local, da mesma forma que os índices de natalidade / mortalidade / morbidade, por faixa etária, sexo, grupo de causas mais frequentes, coeficientes de desnutrição, doenças prevalentes, leito por habitante, médico por habitante.

Outras informações, tais como:

- Taxa de crescimento populacional;
- Faixa de renda familiar na área urbana e rural;

- Índice de pobreza;
- Total de famílias em situação de pobreza;
- Arrecadação municipal per capita;
- Investimento público na Política de Assistência Social, transferido para o Fundo Municipal de Assistência Social;
- Proporção da receita total do município aplicada na Política de Assistência Social;
- Identificação de comunidades indígenas, quilombolas, assentamentos rurais e irregulares urbanos;
- Localização em região de fronteira ou portuária;
- Percentual de população por área (urbana e rural) e sexo;
- Município pólo de atração populacional ou município com perda populacional pelo fluxo migratório, etc.

Tais indicadores e informações são importantes para que se configurem os problemas a serem enfrentados no campo de ação da assistência social, racionalizando soluções e definindo encaminhamentos integrados.

5. REDE PRESTADORA DE SERVIÇOS

Identificados problemas e demandas, cabe relacionar o conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios oferecidos pela assistência social e demais políticas sociais públicas. A malha de serviços deve ser mapeada e analisada quanto à localização, natureza das atenções oferecidas, cobertura, padrões de qualidade, quadro profissional disponibilizado e níveis de desempenho. Merece análise, também, a capacidade operativa dos órgãos gestores destes serviços, recursos aplicados, fontes de arrecadação, relação custo-benefício, fundamentada o máximo possível em indicadores.

O Plano deve detalhar as modalidades de relação adotadas entre a administração pública e as entidades de assistência social, se convênio ou outras formas de articulação, como contrato, acordo de cooperação técnica, etc.

Uma caracterização abrangente das instituições parceiras, sua capacitação institucional e competência técnica demonstradas publicamente para cumprir os compromissos firmados, o tipo, a natureza e o alcance da cooperação, as competências a serem assumidos, o padrão de atendimento e a especificação das ações conveniadas são elementos imprescindíveis a serem contemplados no Plano.

6. OBJETIVOS

A adequada caracterização da questão social possibilita a formulação de um Plano consistente. A análise da realidade local, dos problemas e das necessidades sociais são pré-condições para identificar as situações que devem ser superadas. Os objetivos traduzem os resultados que se pretende atingir com a execução do Plano. Os objetivos contemplam aspectos gerais e específicos.

6.1. Objetivo Geral

Definir de forma abrangente o que se pretende alcançar com o Plano.

6.2. Objetivos Específicos

Objetivos específicos expressam o detalhamento do objetivo geral apontando resultados a serem alcançados em áreas determinadas com relação às demandas sociais territoriais, por eixo da Política de Assistência Social: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade e eixo de Aprimoramento da Gestão e da Rede Socioassistencial.

7. DIRETRIZES

O Plano Municipal de Assistência Social deve estar coerente e compatibilizado às diretrizes que orientam a administração pública, expressas nos planos de governo – Plano Diretor, Plano Plurianual, Plano Estratégico, Plano Decenal e outros, para que se obtenha expressão nas propostas do executivo e legitimação para sua execução.

O Plano deve considerar ainda as diretrizes e propostas das políticas setoriais que mantenham interfaces com a assistência social, visando à integração e complementação de ações, tendo em vista reforçar respostas globais do governo local às demandas sociais, otimizando recursos e potencializando o trabalho social.

As diretrizes que orientam o Plano Municipal partem da análise do diagnóstico territorial elaborado, em relação às demandas sociais, aos indicadores sociais, econômicos e demográficos; à rede social existente; aos investimentos públicos e à capacidade de gestão e devem ser desenvolvidas de acordo com os eixos de Proteção Social e de Aprimoramento de Gestão e da Rede Socioassistencial.

Exemplos:

- Diretriz de demanda social (atendimento do número de famílias referenciadas, de acordo com o porte do município, segundo o SUAS)
- Diretriz de indicadores sociais (redução do número de moradores de rua)
- Diretriz em relação à rede social (reordenamento da rede sócio-assistencial local em relação ao SUAS)
- Diretriz de capacidade de gestão (reordenamento do órgão gestor ou do Conselho Municipal)

8. METAS

As metas são a quantificação dos objetivos. Ao se prever as metas, há que se considerar o número de famílias e territórios que já vêm sendo atendidos, bem como a ampliação necessária, levando em conta os recursos disponíveis – humanos, materiais e financeiros, e aqueles que podem ser mobilizados.

9. AÇÕES

Descrever os serviços (conforme Resolução/CNAS 109/2009 – Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais) programas, projetos e benefícios (permanentes e eventuais) a serem executados diretamente pelo município ou através da rede prestadora de serviços, por níveis de proteção:

- Proteção Social Básica
- Proteção Social Especial: Média Complexidade
Alta Complexidade

A proposta de ação deverá ser definida através do estabelecimento de prioridades hierarquicamente elencadas por ordem de necessidade, viabilidade e potencial estratégico, expressas através de programas, projetos, serviços e benefícios (permanentes e eventuais), conforme definidos na NOB/SUAS.

É fundamental superar abordagens pontuais, focadas em indivíduos com particularidades ou faixa etária específica, que deslocam cidadãos do seu grupo familiar/comunitário/social, isolando-os no processo de atenção.

A hierarquização da proteção social entre a atenção básica e a atenção especial rompe com a noção da segmentação de cidadãos-usuários como um grupo homogêneo de ‘necessitados’. Opera, ao invés, a partir das vulnerabilidades, riscos sociais e potencialidades que diferem entre si e, portanto, exigem atendimentos específicos.

A proteção socioassistencial opera levando em consideração três situações: proteção às vulnerabilidades próprias do ciclo de vida; proteção às fragilidades da convivência familiar; proteção à dignidade humana às suas violações.

É sempre recomendável que os Planos Municipais de Assistência Social prevejam a localização dos serviços e programas em micro territórios próximos à vida cotidiana dos indivíduos e grupos, facilitando-lhes o acesso.

10. FINANCIAMENTO

Elaboração de planilha (quadro), **por ano de execução**, com previsão, identificação e definição em cada modalidade de ação: a população, o tipo de atendimento, prazos, metas, recursos orçamentários, fontes de financiamento.

O modelo de gestão proposto pelo Sistema Único de Assistência Social - SUAS, do ponto de vista do co-financiamento entre os entes federados, deve considerar como referência a família e seus membros nos territórios de pertencimento e o nível de complexidade do risco social ao qual estão submetidos.

O conhecimento dos pisos de atendimento para programa/projeto/serviço são referências para a previsão geral do orçamento, consequentemente, para o monitoramento e avaliação. A NOB/05 estabelece piso básico fixo para atendimento das famílias e seus membros, piso básico variável para serviços complementares no território, tais como serviços de proteção social básica para jovens; centros de convivência; ações de incentivo ao protagonismo e ao fortalecimento de vínculos familiares.

Define, ainda, piso de proteção social especial de média e alta complexidade (este último dividido em I e II). São destinados, respectivamente, aos riscos sociais oriundos de situações sem rompimento de vínculos familiares e contextos de alto grau de violência e violação de direitos, respectivamente.

A associação entre aporte financeiro e complexidade de proteção social a ser afiançada significa o reconhecimento do grau de heterogeneidade das vulnerabilidades e riscos sociais a ser considerado na elaboração do Plano Municipal de Assistência Social – PMAS. Implica, ainda, assegurar, de forma gradativa, melhor adequação e racionalidade na redistribuição dos recursos públicos.

O financiamento da assistência social exige o estabelecimento de alianças, negociações e acordos com o poder legislativo em torno da proposta orçamentária, que possam contemplar a ampliação de metas e a garantia de recursos para a execução do Plano de Assistência Social.

O gestor municipal deve definir com clareza os recursos disponíveis para a consecução do Plano, explicitando as fontes de financiamento que subsidiarão as ações, sejam do orçamento próprio, das transferências estaduais, federais ou de apoios privados.

O Plano de Assistência Social é um instrumento valioso de captação de recursos. É preciso divulgá-lo e utilizá-lo nos processos políticos de negociação para garantir seu financiamento.

11. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O Plano Municipal de Assistência Social requer avaliação e reajuste constantes, seja em face de novos acontecimentos ou situações, seja para a correção dos objetivos e estratégias anteriormente definidos ou redefinidos, ao longo de sua implementação.

O monitoramento e a avaliação são instrumentos estratégicos para a execução do Plano, identificando seus ganhos e dificuldades, além de prover os agentes sociais de informações que levem ao seu contínuo ajuste e aperfeiçoamento, bem como possibilitar o exercício do controle social pela sociedade.

A ação do monitoramento e avaliação é efetivada em um processo contínuo e dinâmico de acompanhamento da execução programada e, também, em momentos definidos de verificação (mensal, semanal, anual, ao final de determinada etapa, etc.), os quais variam de acordo com a natureza da ação e com o objetivo daquele acompanhamento.

Deve ser previsto um sistema de acompanhamento e avaliação para o Plano como um todo, através de indicadores comuns a todos os programas, como por exemplo, acesso a serviços, protagonismo, autonomização, participação, engajamento comunitário, etc., e indicadores específicos para cada serviço e ações, adequados aos objetivos que se quer atingir em cada um, como ganho de habilidades específicas, ampliação de renda e outros. É importante definir claramente o objeto da avaliação e seus focos de concentração, ou seja, sob que ângulos, espaços e temporalidade serão avaliados.

Cumprir verificar se os produtos e resultados previstos foram alcançados, se as demandas priorizadas e suas metas foram devidamente atendidas. Faz-se necessário apreender os fluxos e nexos estabelecidos entre a seleção de estratégias, sua implementação, execução, resultados produzidos e custos financeiros.

Além de mensurar quantitativamente os ganhos e alcance social das ações, devem-se acompanhar decisões, procedimentos dos agentes sociais, integração intersetorial e da rede socioassistencial, protagonismo dos parceiros, participação dos beneficiários, adesão ao serviço/programa, avaliando mudanças de comportamento pessoal, grupal, e cultura, no âmbito institucional e do território trabalhado.

OBSERVAÇÕES

Finalizando, destaca-se que estas orientações são complementares. É imprescindível, para subsidiar, tecnicamente, a construção do Plano Municipal de Assistência Social, a leitura dos anexos: **CapacitaSUAS, Planos de Assistência Social: Diretrizes para Elaboração, Volume 3 e, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais – Resolução/CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009.**

O Plano Municipal de Assistência Social – PMAS deverá ser encaminhado até o dia 30 de abril de 2010, através do e-mail: pmas@sst.sc.gov.br (é vedado o envio do documento impresso).

Para informações e/ou esclarecimentos, entre em contato, através do e-mail: gepas@sst.sc.gov.br ou pelos telefones: (48) 3229 3680 / 3229 3787 / 3229 3694, com os técnicos Ana Marila, Rosimere e Eleane.

GEPAS/DIAS